

A PERMANÊNCIA DO QUOTIDIANO

Carlos Lemos

Escola de Teatro Martins Penna

LOUZEIRO, José. *Devotos do Ódio, a profecia camponesa*. São Paulo, Globo, 1987

"Jornal a gente lê, no dia seguinte não re-
corda. O livro fica mais tempo".

A televisão, o cinema, a literatura são os campos em que José Louzeiro aplica a sua atividade criadora. Evolutivamente são meios que se vêem em estágios diversos; a saber, a literatura com sólida tradição, o cinema com precária consolidação como forma de arte, a televisão com linguagem ainda criptográfica. Disparidade que não parece ter outro efeito nas opções de Louzeiro senão estimulá-lo a descobrir e inventar. Ele tanto parece querer enfrentar o que está instituído como empreender o que ainda precisa ser feito. A escolha dos meios diversos é lembrado aqui não pelo seu valor de referência mas pelo que a constitui em sugestão de uma proposta artística (seja isso intencional ou não), que se coloca no interior de um período de transformação, da passagem de um sistema de representação para outro. Uma proposta artística que se funda e se funde com uma opção política, tanto que, muitas vezes, como se verá no avançar deste discurso, ao se falar de uma se estará falando da outra.

Na ação tensa e incessante, na narrativa apologética, nos personagens oprimidos e opressores de *Devotos do Ódio* se manifestam essa proposta artística e essa opção política; porém, ao tentar classificar esta obra em um gênero, a posição reconstrutora do artista coloca um dilema para o leitor.

Louzeiro se situa corajosamente dentro de um sistema de representação no momento crítico de se transformar. Corajoso, mas, como o personagem principal da obra, o repórter Jorge Elias, com dúvidas. Não são sequer apenas dúvidas de autor e personagem, mas são dúvidas de leitor principalmente.

A saída deste dilema vai ser buscada a partir de agora.

A noção de gênero, desde já se observe, é um dos problemas mais antigos da poética, e, hoje e sempre, polêmica. *Devotos do Ódio* estaria oscilando entre o jornalismo e a literatura. Colocado desta maneira ainda não estaria sendo tratado o problema do gênero, visto que a distinção acima é funcional e não estrutural.

O importante é que o jornalismo e a literatura têm um ponto comum que lhes é pertinente: a "verdade", embora para o jornalismo a verdade tenha um caráter referencial, enquanto que na literatura a referência à verdade não pertença à lógica interna da obra; a obra deve estar conforme ao tipo e ao gênero, que lhe proporcionam sua configuração, e são necessários para sua interpretação correta.

Vacila o protagonista-repórter Jorge Elias entre escrever uma matéria ou um livro sobre o julgamento em Sapé, que vai redimir a gente expoliada que trabalha nas plantações de cana-de-açúcar e abacaxi, que se aleija com cortes de panavueiro e aos quarenta anos parece ter sessenta. Em determinado ponto da narrativa ocorre a peripécia que leva Jorge Elias à hesitação entre o jornal e o livro; o dono do jornal, pressionado pelos coronéis, decide não publicar mais a série de reportagens encomendada. Jorge Elias, que é o narrador em primeira pessoa, não informa o leitor da natureza do livro que decide escrever. Uma ficção partindo dos fatos que viveu ou não-ficção; um livro de depoimento ou de memórias?

As dúvidas do autor-personagem (de Louzeiro — há um jogo de espelhos de identidades: autor implícito/autor-personagem, livro real/livro representado) são dúvidas que se infiltram na intriga e a fazem, inclusive, caminhar — escrever um livro é uma decisão de Jorge Elias que é causa de sua situação no desfecho da narrativa.

Será, talvez, o livro que o leitor tem sob os olhos com o título *Devotos do Ódio*, embora não haja nenhum momento da narrativa que autorize a suposição. Essa obscuridade é sintomática do estado de dúvida do autor num período histórico de transformação social. Louzeiro não desnuda o processo; ou seja, não mostra em nenhum momento ao leitor que ele está diante de uma prosa de ficção, mesmo que pessoas realmente existem ou existiram apareçam no livro. Ele mantém uma ilusão de "verdade", ao negar a auto-referência ao livro na narrativa; conseqüentemente impede que autor implícito e quantos leitores aceitem, como o faz a própria obra, que é um exemplar discurso de ficção, a "inverossimilhança" da conclusão do julgamento em Sapé, se confrontada com a realidade política do Brasil

latifundiário. Em lugar de optar pelo desnudamento do processo de representação da vida e assumir o dinamismo de um sistema literário substituindo outro ou se transformando, Louzeiro se faz profeta e coloca o aposto ao título do livro: uma profecia camponesa.

Não deixa de ser oportuno notar, mesmo à custa de um desvio na argumentação, que, na vida social ocorra o fenômeno do misticismo (no livro expressado pelo andarilho Asbal) quando os atores dos conflitos sociais não percebem os sistemas em processo de transformação e os tomam por eternos, o que os leva a procurar as soluções sobrenaturais.

Por que o discurso jornalístico na literatura de José Louzeiro? não é a pergunta a ser feita. Não há pergunta a se fazer, nem um nome a ser dado por resposta. É um gênero novo que se oferece ao leitor, sem nome (o cinema americano dos anos 40 dava a filmes que combinavam ficção com cenas reais de miséria em grandes cidades de “semi-documentários”), mas quantos gêneros literários não têm nome?

O que está em jogo não é apenas a função do discurso jornalístico, é a seção do jornal para que Jorge Elias escreve as matérias. Uma batida policial para prender traficantes num dos morros do Rio de Janeiro é o objetivo da cobertura que Jorge Elias está fazendo quando a narrativa começa. Se ele é mandado para a Paraíba, para cobrir um julgamento político na cidadezinha de Sapé, a causa da escolha é sua intrepidez como repórter policial, pois os redatores sabem que a barra pode pesar (intimidação, espancamento, tortura, mutilação, assassinato) com a presença de coronéis e jagunços ameaçados pelo júri.

Jorge Elias é um repórter que convive cotidianamente com a violência e seus atores. A violência urbana é apenas cambiada pela violência dos cabras dos latifundiários, “violências” com a mesma origem de desigualdade e exploração. A matéria jornalística que enfoca a violência é a que vende o exemplar na banca e constitui uma forma de cultura de massa, uma tendência considerada secundária. Não é estranho à história da literatura um autor elevar ao título de norma literária os processos de uma tendência que não esteja na primeira linha do sistema de uma época. É o que José Louzeiro vem fazendo com sua obra.

No entanto, se não for conveniente ainda dizer que uma autêntica obra literária com pitadas de casos de polícia constitui um gênero, pois talvez fosse necessário cobrir outras obras do estágio atual da história da literatura brasileira,

é possível atribuir estatuto de termo técnico à expressão usada por Roland Barthes “desenvolvimento marginal”, a fim de aplicá-lo na análise da obra de Louzeiro.

Num prefácio ao teatro de Baudelaire, o autor de *Sistema da moda* escreve: “Tudo se passa como se Baudelaire tivesse posto seu teatro por toda parte, exceto precisamente nos seus projetos de teatro. É aliás um fato geral de criação esta espécie de desenvolvimento marginal dos elementos de um gênero, teatro, romance ou poesia, no interior de obras que nominalmente não são feitas para recebê-los”.

O “desenvolvimento marginal” do elemento jornalístico em *Devotos do Ódio* não descaracteriza a obra como literatura, antes a fertiliza com as qualidades periódicas de sensacionalismo, atualidade e denúncia que fixam a atenção do leitor contemporâneo, que já tem adquirido sua educação através dos meios instantâneos e fugazes da comunicação de massa.

Em *Devotos do Ódio*, jornalística é a ação, como jornalísticos são os personagens, citados por nomes por extenso, Margarida Maria Alves, José de Assis Romão, João Pedro Teixeira; ou por alcunhas, Vinte e Cinco, Galho Dentro, Zé Anta, que dão o colorido exótico das reportagens policiais e vão impressas em negrito nos jornais populares. São ainda personagens de reportagens, saem das páginas de jornal quando se tornam independentes do narrador na primeira pessoa e passam a ser representadas pelo discurso em terceira pessoa do autor implícito do livro. Independência que até permite a um personagem, Azulão-Dilermando, mudando o ponto de vista, assumir a primeira pessoa para expressar seu conflito interior entre ser Azulão, capanga de coronel, ou Dilermando, irmão justiceiro do trabalhador rural que virou *cabrocó*.

Trans-formando a matéria policial-jornalística em obra literária, dentro de um período de conversão no processo da escrita e no processo da política, José Louzeiro acredita que o “livro fica mais tempo”. Rejeição do jornal que é afetado pelo tempo. Opção pela obra individual, fixada no livro, que o tempo não afeta, porém com a possibilidade de novas leituras, segundo as épocas que se vão suceder.